

ESTADO DA ARTE DAS TIC E ESTRATEGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO EM ANGOLA

MOZTECH -MAPUTO 11 DE MAIO 2016

Introdução

O Governo da República de Angola tem vindo a dirigir os seus esforços, nestes últimos anos, para a integração das TIC no país, numa tentativa de as fazer penetrar gradualmente nos diferentes âmbitos estratégicos (administração, saúde, educação...), lançando as bases para ir incentivando a incorporação progressiva da população angolana na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Neste âmbito a Rede de Mediatecas de Angola (ReMA) representa um dos expoentes máximos desenvolvidos nesta linha.

Neste contexto, torna-se necessário articular de forma efetiva a implementação de abordagens estratégicas que favoreçam e promovam linhas comuns de atuação em todas as províncias de Angola, incidindo na colaboração e no trabalho em rede a partir do alinhamento da missão, da visão e dos valores de todas as instituições, promovendo uma maior complementaridade, eficácia global e desenvolvimento dos territórios.

O estabelecimento de estratégias para alcançar objetivos comuns maximizará o impacto das políticas desenvolvidas no âmbito da Sociedade da Informação, destinadas a favorecer o acesso da sociedade angolana à Sociedade da Informação e do Conhecimento através da modernização dos serviços e processos das Administrações Públicas, e melhorar a produtividade e a competitividade do seu tecido empresarial através da utilização das TIC nos seus processos empresariais.

O alcance destas atuações deve englobar todo o conjunto de âmbitos de desenvolvimento da Sociedade da Informação, com o intuito de contribuir finalmente para o avanço da economia e da sociedade digital de Angola.

Documentos De Politicas

Os Principais documentos de politicas necessários para implementação de estratégias TIC em Angola são :

- Plano Nacional de Desenvolvimento
- Plano Nacional de Formação de Quadros
- Livro Branco das TIC
- Plano Estratégico da Governação Eletrónica
- Plano para a Massificação e Inclusão Digital
- Plano Diretor da Rede de Mediatecas (ReMA)
- ... Planos específicos de âmbito Sectorial

Instrumentos de Materialização de Políticas TIC

- Portal do Conhecimento
- Informatização de Escolas e Universidades
- Reforço das TIC no Sistema de Ensino
- Meu Kamba
- Angola Digital
- Sistema de Gestão Hospitalar (HIS)
- Sistema de Gestão de Imagem (PACS)
- Portal do Governo
- Portal do Cidadão
- Serviço Integrado de Apoio ao Cidadão (SIAC)
- Projeto Governança Eletrónica - CIEGOV

CIDADÃOS , AGENTE-CHAVE DO DESENVOLVIMENTO

O acesso à informação e ao conhecimento através da democratização do seu acesso e através da sua capacitação estabelece as bases do componente central do desenvolvimento territorial que é a Participação dos cidadãos.

As mediatecas, como ferramenta para o desenvolvimento do território, vieram atenuar o problema básico da infraestrutura.

O Passo seguinte é avançar-se para uma verdadeira apropriação da tecnologia por parte dos cidadãos, definido prioridades em função das necessidades de cada território.

Sem esquecer o objetivo de tornar possível que qualquer pessoa que o deseje, apesar das suas desvantagens individuais ou sociais, possa participar plenamente na Sociedade da Informação.

Para tal é necessário Incentivar uma cultura de participação baseada no respeito, no desenvolvimento de hábitos e condutas adequadas de participação e utilização ótima dos recursos existentes.

A partir do território, as administrações públicas devem trabalhar de forma prioritária para:

- Reduzir ao máximo as diferenças que possam constituir uma desvantagem entre as pessoas que se apropriam das TIC e as que não o fazem (e-Inclusão);
- Colocar o foco na e-educação como modelo educativo essencial para o aproveitamento das possibilidades da Sociedade da Informação (e-Educação);

O binómio Cultura-TIC, entendendo a Cultura em sentido amplo, e como via para ajudar a melhorar, preservar e fortalecer os processos culturais e sociais de cada território (e-Cultura).

Todas estas ações devem contribuir para o fomento de cidadãos participativos, observando-se como uma oportunidade.

O cidadão converte-se assim num agente-chave do desenvolvimento do território.

Neste processo, o envolvimento dos cidadãos é decisivo. Mas, para isso, é necessário criar cidadãos ativos, reflexivos e mobilizados para a consecução de processos de transformação territorial que criem melhorias de qualidade de vida.

Isso consegue-se, entre outros aspetos, como vimos, através da democratização da informação, da modernização das estruturas postas ao serviço dos cidadãos e através da educação e da promoção cultural.

Cada uma das mediatecas é um modelo de democratização da cultura e do conhecimento ao serviço da população angolana.

Deve-se continuar a avançar nesta linha, mas tendo muito presente que a disponibilidade de infraestrutura não garante o acesso à própria tecnologia, e menos ainda ao conhecimento através da tecnologia. Ou seja, não garante a utilização efetiva e o aproveitamento da mesma. Por isso, é necessário envidar esforços na conceção de projetos, programas, ações em linha com os objetivos vistos.

NIVEIS DE ADOÇÃO TECNOLÓGICA

Uma das Premissas básicas do desenvolvimento dos territórios atualmente é estabelecer as bases para que a SI chegue a todos os cidadãos como facilitadora da cultura e do conhecimento (e-Inclusão).

Isto implica ações com o objetivo de que ninguém perca oportunidades derivadas de um menor aproveitamento dos benefícios que a utilização adequada das TIC pode representar no âmbito da vida quotidiana.

- Planos de alfabetização digital destinados a todos os cidadãos.
- Desenvolvimento de programas de inclusão digital específicos para coletivos ou grupos populacionais em risco de exclusão a partir da perspetiva da e-Acessibilidade (considerar as necessidades especiais para tornar as TIC acessíveis a pessoas com necessidades especiais), ou da diversidade cultural (promover a diversidade cultural e linguística para facilitar a participação e integração dos grupos minoritários).

Mas também requer avançar nos níveis de adoção da tecnologia, com o objetivo de reduzir os diferentes fossos de acesso e utilização e de nos aproximarmos de objetivos de apropriação das tecnologias nos diferentes territórios do país para o desenvolvimento do próprio território.

Ultrapassando os diferentes fossos:

- **De acesso:** Separa aqueles que têm acesso às infraestruturas de telecomunicações daqueles que estão isolados, tanto fisicamente como das redes digitais. As principais causas são a falta de infraestrutura e/ou o elevado custo de acesso;
- **De utilização:** Ter acesso à tecnologia não garante necessariamente a sua utilização. A utilização é motivada pela possibilidade de acesso, pelo interesse no acesso (a tecnologia acrescentando valor ao utilizador) e pelas competências eletrônicas do utilizador;
- **De apropriação:** A tecnologia pode criar mudanças qualitativas quando os utilizadores não só a “utilizam” como se apropriam dela.

A apropriação da tecnologia pode ser definida em 5 âmbitos da competência digital:

- **Aprendizagem:** transformação da informação em conhecimento e sua aquisição;
- **Informação:** obtenção, avaliação e tratamento da informação em ambientes digitais;
- **Comunicação:** comunicação interpessoal e social;
- **Cultura digital:** práticas sociais e culturais da sociedade do conhecimento e da cidadania digital;
- **Tecnologia:** alfabetização tecnológica e conhecimento e domínio dos ambientes digitais.

FOCO NO SECTOR EDUCATIVO

Em todo este processo de definição e aplicação de estratégias no domínio das TIC , é necessário destacar a EDUCAÇÃO como o elemento crucial sobre o qual se deve incidir e investir para conseguir a mudança para uma sociedade moderna e segura no mundo globalizado.

Por isso, os Governos devem tomar consciência do potencial das TIC e elaborar Planos de Ação a nível nacional e territorial, coordenados com todos os agentes e instituições envolvidos na Educação.

JUVENTUDE E TERRITORIO

É necessário avançar no desenvolvimento de programas relacionados com uma cidadania inteligente, capacitada para se apropriar dos instrumentos

que os governos colocam à sua disposição, participando em todas as esferas política, social, económica...

Por isso, é fundamental articular e propor novas formas de colaboração e implicação de todos os atores envolvidos no desenvolvimento do território. Por conseguinte, devemos abordar a participação da população como elemento crucial.

Em linha com o desenvolvimento estratégico do setor educativo e com as necessidades da sociedade da informação, deve considerar-se especialmente o papel que os jovens podem ter no desenvolvimento do território, ajustando linhas de atuação aos seus interesses e necessidades.

É necessário fomentar a perceção das TIC como oportunidade, como veículo de empoderamento da juventude angolana.

CULTURA E TERRITORIO

A cultura desempenha um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico dos territórios.

As TIC, tanto no contexto educativo como fora dele, oferecem atualmente fórmulas de intervenção impensáveis há poucos anos.

O potencial da tecnologia como meio de fortalecer o desenvolvimento social e cultural de um país é muito alto. Pode converter-se numa via que ajude a melhorar, preservar e fortalecer os processos culturais dos territórios, transformando a relação dos cidadãos com o seu património cultural, democratizando o acesso à cultura e desenvolvendo uma direção bidirecional entre os cidadãos e todos os agentes implicados no âmbito cultural.

As TIC ajudam a proteger a diversidade cultural dos territórios para dar a conhecer e conservar todo o seu legado.

Mas, além disso, favorecem a própria criação cultural individual ou coletiva, inovando e avançando para novas iniciativas imprescindíveis no enriquecimento cultural de cada comunidade.

A Rede de Mediatecas deve sustentar, facilitar e promover as diversas expressões culturais, a identidade cultural, as novas formas de criação cultural etc

ADAPTAÇÃO TECNOLÓGICA DAS EMPRESAS

A “Economia Inteligente” centra-se no impulso da indústria do conhecimento na cidade, com especial ênfase para a criação e consolidação de empresas de base tecnológica, paralelamente à introdução de mudanças

na gestão, difusão e execução dos processos produtivos de indústrias “mais tradicionais”, mudanças essas baseadas na digitalização e no aumento do nível de maturidade digital das empresas, especialmente das pequenas e médias empresas.

Algumas das linhas de ação que devem ser abordadas estão relacionadas com:

Incentivar a criação de clusters, especialmente de um cluster TIC e/ou de conteúdos digitais na cidade que gere conhecimento e traga benefícios;

Disponibilizar mecanismos, infraestruturas e processos de apoio e assessoria às pequenas e médias empresas nos processos de digitalização, bem como na criação e consolidação do e-Commerce a partir da cidade, como parte de um processo de internacionalização e ampliação do mercado local;

Incentivar uma cultura da inovação, o empreendedorismo e a criatividade desde as idades mais jovens;

Favorecer o desenvolvimento de atuações de networking intra e intersectoriais, bem como a criação de espaços de co-working em que a partilha das infra e das infoestruturas seja uma característica diferencial;

Incentivar os processos de teletrabalho como mecanismo de melhoria das condições de vida dos trabalhadores que, ao mesmo tempo, contribui para a redução da mobilidade e possibilita a atração de talento à cidade;

Promover e apoiar as colaborações entre a Academia, os Centros Tecnológicos e as empresas do território através de redes formais de colaboração;

Incentivar os processos, aplicações e empresas que Reutilizam a Informação do Setor Público – RISP – (a informação publicada em formatos abertos) como parte do seu negócio que proporciona um serviço aos cidadãos.

ENFOQUE ESTRATEGICO- PME

Relativamente às políticas...

- As TIC contribuem de forma muito relevante para a competitividade empresarial e, portanto, para o desenvolvimento territorial a médio e longo prazo.
- O fosso digital já existe. Temos de acelerar o processo de maturidade tecnológica das nossas empresas!!
- É necessária a consciencialização e o envolvimento de todos os agentes sociais e empresariais.

- As TIC são um elemento transversal, e as políticas devem ter isso em conta. Além de programas específicos de acompanhamento tecnológico às microempresas, a utilização das TIC deve ser fomentada a partir de todas as instâncias e programas: empreendedorismo, cooperativismo, qualidade, comercialização, internacionalização, promoção turística, inovação, ... Aproveitamento de sinergias e cooperação entre programas!

Relativamente às empresas...

- É importante que a empresa comece a incorporar as TIC desde a sua fase de empreendimento. A utilização das TIC deve ser considerada desde que se elabora o primeiro plano de negócio!
- A aproximação das TIC às empresas começa pela consciencialização e sensibilização, dando a conhecer as oportunidades e benefícios das mesmas, e propondo soluções à medida das pequenas empresas (fáceis, acessíveis).
- Cada empresa é diferente das outras. É preciso contar com programas de acompanhamento individualizado.
- A forma de abordar cada setor produtivo é diferente. A primeira coisa a fazer é identificar quais são as suas necessidades mais imediatas, apoiando-nos para isso nas associações e grêmios que o representam, e propondo abordagens setoriais e mensagens personalizadas.
- As associações convertem-se num novo beneficiário. Ajudamo-las a dinamizar o seu setor e prestamos-lhes assessoria na implantação de serviços online. Trabalha-se tanto com a Associação como com as empresas do setor.
- As necessidades também diferem em função do território, pelo que a aproximação a partir do âmbito local tem muita importância.
- Todos os agentes (Governos, Municípios, Associações, Cooperativas) devem converter-se em elementos de tração, proporcionando serviços eletrónicos e dando o exemplo com a utilização das TIC nos seus próprios processos.
- Não se pode falar de inovação sem falar de TIC. Ambas estão intimamente ligadas. As TIC são o suporte dos processos de inovação.

EMPRESAS E TERRITÓRIO

As políticas de maturidade digital são articuladas com base em programas que são adaptados territorialmente, e têm como objetivo melhorar a competitividade das empresas através da incorporação intensiva das TIC, acelerando o processo de maturidade tecnológica do tecido empresarial.

As TIC contribuem de forma muito relevante para a competitividade empresarial e, portanto, para o desenvolvimento territorial e social a médio e longo prazo.

A aproximação das TIC às empresas começa pela consciencialização e sensibilização, dando a conhecer as oportunidades e benefícios das mesmas, e propondo soluções à medida das pequenas empresas (fáceis, acessíveis).

Cada empresa é diferente das outras. É preciso contar com programas de acompanhamento individualizado.

CONCLUSÃO

O caminho para a melhoria competitiva do território, que passa necessariamente pela inovação, não é apenas uma decisão, mas uma aprendizagem que conduz à aquisição da maturidade tecnológica e não tecnológica necessária para poder inovar.

É vital percorrer este caminho o mais rápido possível.

PROF. DOUTOR ENGº PEDRO SEBASTIÃO TETA